

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2410282550M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

5º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Superior Tribunal de Justiça
STJ

CARGO:

Analista Judiciário - Área Administrativa

MODELO/BANCA:

Cespe / Cebraspe

EDITAL:

(Pós-Edital)

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – 5º SIMULADO – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL) – 2410282550M

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

Texto 1

1 A importância do Direito Administrativo pode ser percebida em nosso cotidiano pelas normas que asseguram a prestação de serviços públicos (como saúde, educação, transporte, água e luz), o uso de bens públicos (praças, ruas e telefones públicos) e a manutenção da convivência harmoniosa entre os cidadãos (exercício da

5 polícia administrativa sobre os bens, direitos e atividades). Para compreender o Direito Administrativo, é necessário relembrar uma parte das aulas de história. No século XVIII, Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado, de maneira a limitar o Absolutismo vigente, favorecendo a liberdade e o bem-estar dos cidadãos. Essa separação é uma das bases do chamado Estado de Direito e é adotada por todos os países democráticos.

15 Embora a função de editar normas esteja concentrada no Legislativo e a de executar tarefas administrativas, seja típica do Executivo, tais funções não se limitam a um ou outro Poder. Assim, a função normativa também é exercida por entidades executivas, como a Presidência da República, os Ministérios, as Secretarias e as Autarquias. De igual modo, funções administrativas são executadas

20 pelos Legislativo e pelo Judiciário. Isso se vislumbra, por exemplo, quando tais poderes punem seus servidores com base em normas administrativas disciplinares ou realizam licitações. As atividades administrativas estão presentes, portanto, em todos os Poderes do Estado. Nomear servidores, celebrar contratos,

25 adquirir e administrar bens são atividades tipicamente administrativas necessárias para o funcionamento de toda e qualquer instituição pública. Por conseguinte, o direito administrativo não se restringe ao âmbito do Poder Executivo apenas. Sem prejuízo, é certo que o direito administrativo tem especial importância para as entidades, órgãos e autoridades do Execu-

30 tivo, pois é ele, como dito, que detalha e executa grande parte das políticas públicas, desde a área da educação, passando pela cultura, saúde, ciência e tecnologia, até os setores mais específicos de planos de saúde, telecomunicações etc.

Disponível em: https://ted.iqsc.usp.br/files/2015/03/Manual_direito_Administrativo_FEA.pdf. Acesso em: 10 out 2024. (Com adaptações)

Considerando o texto 1, julgue os itens quanto à compreensão, tipologia e ortografia.

- 1 O Direito Administrativo se limita à atuação do Poder Executivo, pois sua função é de executar políticas públicas e regular serviços como educação, saúde e cultura.
- 2 A teoria da tripartição dos poderes, elaborada por Montesquieu no século XVIII, foi concebida para restringir o absolutismo e assegurar a liberdade e o bem-estar dos indivíduos.

3 O Direito Administrativo, embora se manifeste nos três Poderes, é diretamente responsável pela formulação de políticas públicas, o que evidencia uma sobreposição funcional do Poder Executivo sobre os demais, especialmente em temas relacionados à educação, saúde e telecomunicações.

4 O texto apresentado pode ser classificado como um texto expositivo, pois seu objetivo principal é explicar de forma objetiva e detalhada o conceito de Direito Administrativo e sua aplicação nos diferentes Poderes do Estado.

5 No trecho “favorecendo a liberdade e o bem-estar dos cidadãos”, o uso do hífen em *bem-estar* está correto, enquanto na palavra *telefones públicos* o uso do hífen seria obrigatório, de acordo com as regras ortográficas que regulam palavras compostas.

Ainda com base no texto 1, julgue os itens que se seguem quanto aos aspectos linguísticos.

6 O trecho “No século XVIII, Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado” mantém o mesmo sentido e a correção gramatical, se assim reescrito: **Durante o Iluminismo, Montesquieu propôs, em sua obra magna *O Espírito das Leis*, o princípio da divisão dos poderes estatais, consolidando uma das premissas fundamentais da organização jurídica contemporânea.**

7 A passagem “As atividades administrativas estão presentes, portanto, em todos os Poderes do Estado” pode ser reescrita em uma linguagem mais coloquial e informal da seguinte maneira: **Sendo assim, todo tipo de trabalho administrativo acontece nos três poderes do governo.**

8 O trecho “Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado” está predominantemente marcado pela função referencial da linguagem, pois foca explicar e descrever conceitos sem a presença de elementos interpretativos ou de linguagem voltada para si mesma.

9 No trecho “Sem prejuízo, é certo que o direito administrativo tem especial importância para as entidades, órgãos e autoridades do Executivo”, a expressão **Sem prejuízo** pode ser corretamente substituída por **Contudo**, mantendo-se o sentido original do texto.

Texto 2

Iconha

1 Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam. O sol se esconde, Iconha vai jantar. Quando passamos de volta, ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos.

5 Iconha – como isso era longe, na minha infância. Lembro-me de um menino que me espantou porque viera de uma fazenda “pra lá de Frade, para além do Rio Novo, em Iconha, perto de Piúma...”

Eu pensava ir a Iconha tão vagamente como hoje penso em ir ao Tibete. E agora, depois de uma rápida voada em automóvel, descubro que estou em Iconha.

10 Não é muita coisa: quase apenas uma rua, uma casa bonita, dessas que se faziam no fim do século, sólidas, sóbrias e dignas, sem entretanto o ar comercial e horrendo dessas casas “modernistas” de platibandas retangulares que hoje infestam Cachoeiro e todo o interior do Brasil.

15 Mas Iconha me encanta pelo seu milagre pastoril. A pracinha é dominada por um morro alto, muito verde, cortado diante de nós por um talude de terra vermelha. E lá em cima pastam dez a doze bois brancos. Eles dominam assim o centro da cidade; no fim da rua há outro morro alto povoado por outros bois brancos. Atrás deles o céu muito azul, com algumas nuvens redondas. De repente, na curva do morro, contra o céu, passa de crinas ao vento um cavalo preto, de um preto intensamente luminoso nesta tarde já chovida que o sol veio de despedir. Pode ser um cavalo pequeno e magro; mas assim, no alto, entre esses sossegados bois brancos, é uma aparição de sonho.

25 Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam. O sol se esconde, Iconha vai jantar.

Quando passamos de volta, ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos.

30 Abril, 1951.

Rubem Braga.

Disponível em: <https://www.iconha.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/voce-conhece-a-cronica-iconha-escrita-por-rubem-braga-em-1951-confira/98448>. Acesso em: 10 out 2024.

Considerando apenas o texto 2, julgue os itens abaixo.

- 10 A descrição do cavalo preto “de um preto intensamente luminoso nesta tarde já chovida” sugere que o cavalo, apesar de pequeno e magro, possui uma imponência inesperada, uma vez que ele contrasta com a tranquilidade da cena pastoril, rompendo a expectativa de uma paisagem serena.
- 11 No trecho “Pode ser um cavalo pequeno e magro; mas assim, no alto, entre esses sossegados bois brancos, é uma aparição de sonho.”, o uso do ponto e vírgula está inadequado e deveria ser substituído por uma vírgula para evitar uma pausa excessiva na leitura.

- 12 No trecho “E agora, depois de uma rápida voada em automóvel, descubro que estou em Iconha”, a conjunção “E” está indevidamente utilizada, uma vez que tem valor de adição, portanto deveria estar conectada a outra oração.
- 13 No trecho “Iconha vai jantar”, o uso da crase seria obrigatório caso fosse inserida a preposição “a” antes do verbo, resultando em **Iconha vai à jantar**.
- 14 No trecho “Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam”, a concordância dos verbos “chegam” e “se animam” está correta, uma vez que ambos os sujeitos, “homens da roça” e “os botequins”, estão no plural.
- 15 Se o autor quisesse expressar uma ideia de incerteza ou hipótese sobre a viagem a Iconha, o trecho “descubro que estou em Iconha” deveria ser transformado em **Se eu descobrisse que estava em Iconha**.
- 16 No trecho “Ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos”, o termo “abençoada” desempenha a função de predicativo do sujeito, enquanto “sob as estrelas” atua como um adjunto adverbial de lugar.
- 17 Na frase “A casa que se fazia no fim do século”, o pronome relativo “que” introduz uma oração adjetiva que especifica “a casa” e o pronome apassivador “se” indica que a ação de “fazer” é realizada pela própria casa, caracterizando uma ação passiva.
- 18 Na frase “Ele se referiu à questão com muito cuidado”, a crase, fusão da preposição “a” com o artigo definido feminino “a”, está corretamente utilizada para indicar a regência do verbo “referir-se” (VTI).

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 19 Segundo a doutrina, a Constituição Federal é classificada quanto ao conteúdo como uma constituição rígida.
- 20 Segundo Hans Kelsen, a Constituição é a soma real e efetiva dos poderes que predominam em uma sociedade.
- 21 Segundo o STF, *habeas corpus* não é instrumental próprio a questionar a sequência de processo administrativo.
- 22 As hipóteses de outorga da nacionalidade brasileira, quer se trate de nacionalidade primária ou originária (da qual emana a condição de brasileiro nato), quer se cuide de nacionalidade secundária ou derivada (da qual resulta o *status* de brasileiro naturalizado), decorrem, exclusivamente, em função de sua natureza mesma, do texto constitucional, pois a questão da nacionalidade traduz matéria que se sujeita, unicamente, quanto à sua definição, ao poder soberano do Estado brasileiro.

- 23** O instituto da reeleição tem fundamento não somente no postulado da continuidade administrativa, mas também no princípio republicano, que impede a perpetuação de uma mesma pessoa ou grupo no poder. O princípio republicano condiciona a interpretação e a aplicação do próprio comando da norma constitucional, de modo que a reeleição é permitida por apenas uma única vez. Esse princípio impede a terceira eleição não apenas no mesmo Município, mas em relação a qualquer outro Município da Federação. Entendimento contrário tornaria possível a figura do denominado "prefeito itinerante" ou do "prefeito profissional", o que claramente é incompatível com esse princípio, que também traduz um postulado de temporariedade, alternância do exercício do poder. Portanto, ambos os princípios – continuidade administrativa e republicanismo – condicionam a interpretação e a aplicação teleológicas do art. 14, § 5º, da Constituição. O cidadão que exerce dois mandatos consecutivos como prefeito de determinado Município fica inelegível para o cargo da mesma natureza em qualquer outro Município da Federação.
- 24** A nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a CF.
- 25** Não há fundamento normativo-constitucional exposto que faculte aos Estados possuírem em suas Constituições estaduais a exigência de autorização prévia da Assembleia Legislativa para o processamento e julgamento de Governador por crime comum perante o Superior Tribunal de Justiça. A regra do art. 51, I, CRFB, prevista de forma expressa apenas para o Presidente da República, não comporta interpretação extensiva aos Governadores de Estado, visto que excepciona a regra geral que estabelece a ausência de condição de procedibilidade política para o processamento de ação penal pública. A exigência de autorização prévia de Assembleia Estadual para o processamento e julgamento de Governador do Estado por crime comum perante o Superior Tribunal de Justiça ofende o princípio republicano (art. 1º, *caput*, CRFB), a separação de Poderes (art. 2º, *caput*, CRFB) e a cláusula geral de igualdade (art. 5º, *caput*, CRFB).
- 26** Não viola as garantias do juiz natural e da ampla defesa, elementares do devido processo legal, a atração, por conexão ou continência, do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados, a qual é irrenunciável.

Legislação – Lei n. 12.618/2012

Fernando Maciel

- 27** Caso o servidor se desligue do serviço público antes de completar os requisitos para aposentadoria, ele poderá manter sua filiação junto ao Funpresp, hipótese em que deverá recolher as suas contribuições e a do patrocinador.
- 28** Os servidores que ingressaram no serviço público federal antes da vigência do Regime de Previdência Complementar não podem aderir ao plano de benefícios complementar oferecido pela Funpresp.
- 29** O benefício especial será atualizado pelo mesmo índice de correção aplicável ao benefício de aposentadoria ou pensão mantido pelo Regime Geral de Previdência Social.

Noções de Direitos Humanos

Alice Rocha

Em relação à teoria geral e afirmação histórica dos direitos humanos, julgue os itens subsequentes.

- 30** A primeira fase de internacionalização da proteção dos direitos humanos foi marcada por três tendências: o fim da Segunda Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas e o estabelecimento da Declaração Universal de Direitos Humanos.
- 31** A efetiva internacionalização dos direitos humanos aconteceu com a aprovação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, em 1948, constituindo-se o marco inicial da nova fase histórica que se encontra em pleno desenvolvimento até os dias atuais.
- 32** Os direitos humanos de segunda geração estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, com o escopo de atenuar as diferenças sociais.
- 33** Alguns direitos humanos são absolutos, não podendo sofrer limitações no caso de confronto com outros direitos, tais como o direito à vida e à integridade física.
- Em relação à Política Nacional de Direitos Humanos, julgue os itens subsequentes.**
- 34** O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) propõe as penas privativas de liberdade como primeira alternativa, priorizando o encarceramento em detrimento dos mecanismos propostos pela justiça restaurativa.
- 35** As metas, prazos e recursos necessários para a implementação do PNDH-3 serão definidos e aprovados em Planos de Ação de Direitos Humanos bianuais.
- 36** O PNDH-3 inova ao incorporar o meio ambiente saudável e as cidades sustentáveis como Direitos Humanos, propõe a inclusão do item “direitos ambientais” nos relatórios de monitoramento sobre Direitos Humanos e do item “Direitos Humanos” nos relatórios ambientais, assim como fomenta pesquisas de tecnologias socialmente inclusivas.

Normativos Interno do STJ

Mário Elesbão

- 37 De acordo com o RISTJ, o Superior Tribunal de Justiça, com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de no mínimo trinta e três ministros.
- 38 Foram interpostos dois recursos especiais (REsps), um oriundo do TJDFT e outro oriundo do TRF. Após chegarem ao STJ, depois de registrados, numerados, foram distribuídos a relatores da 5ª Turma e 2ª Turma, respectivamente. Quanto ao primeiro, tratava-se do tema progressão de regime prisional, já o segundo tratava de repetição de indébito de imposto de renda. De acordo com o RISTJ e a área de especialização das Seções e Turmas, pode-se dizer que a distribuição foi acertada.
- 39 Junaldo Temóstenes, servidor efetivo do Ministério da Educação, desde o ano de 2013, estava a subtrair *notebooks* de sua repartição para vender na Feira dos Produtores de Araque. Após subtrair o sexto equipamento, foi preso em flagrante. A despeito do inquérito policial e futura ação penal, foi instaurado pela Administração Pública um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que culminou com a demissão do servidor, sendo o ato demissório assinado pelo Ministro de Estado da Educação. Junaldo Temóstenes, inconformado com a demissão e alegando que não foi oportunizada a ampla defesa, impetrou perante o STF um mandado de segurança, buscando a sua reintegração. Nesse caso, de acordo com o RISTJ, o remédio constitucional será julgado pela Corte Especial.
- 40 De acordo com o RIST, consiste em competência do relator pedir dia para julgamento dos feitos, atribuição que não será exercida quando o processo tiver revisor.
- 41 De acordo com o RIST, o horário do pessoal do Tribunal, tanto a Secretaria como o dos Gabinetes, será estabelecido pelo Diretor-Geral, com a anuência do Presidente do STJ, observada a duração legal e as peculiaridades do serviço.

Informática

Fabrizio Melo

- 42 No Explorador de arquivos do Windows 11, é possível renomear uma pasta de nome *GRAN* para GRAN?STJ. Basta clicar sobre ela, pressionar a tecla F2, digitar o novo nome e, logo em seguida, pressionar a tecla ENTER.
- 43 **Situação hipotética:** Givanildo, analista judiciário do STJ passou a trabalhar pela modalidade *home office*. Porém, ficou na dúvida de como iria exercer as suas atividades de casa, pois ainda não tinha conhecimentos sobre essa modalidade de trabalho. **Assertiva:** Givanildo poderá acessar a Intranet do tribunal diretamente da sua casa utilizando um navegador atual sem a necessidade de se preocupar com a segurança no acesso, já que os navegadores atuais já vêm preparados para esse tipo de acesso.

- 44 Ao contratar um serviço de nuvem computacional para efetuar o armazenamento de arquivos pessoais como o Google Drive, um usuário utilizará a modalidade PAAS (plataforma como serviço na nuvem).
- 45 A melhor solução para um sistema infectado por malwares do tipo *Ransomware*, é o pagamento do resgate, para posterior recuperação dos dados criptografados.
- 46 No MS-TEAMS, as pessoas não podem ser adicionadas a um canal sem adicioná-las à equipe.

Ética no Serviço Público

Glauber Soares

Texto 3

O serviço público é uma vocação profissional. Vocação pelo caráter nobre da atividade: servir uma comunidade e promover o bem comum são missões honradas e dignificantes. Vocação porque exige desprendimento: por mais bem pago que seja, o serviço público jamais será o lugar ideal para quem busca o mais alto retorno que o mercado de trabalho pode oferecer. Desprendimento não significa ausência de uma ambição salutar. Trata-se de uma ambição de natureza distinta daquela que se espera nos negócios privados: estamos falando do desejo de tornar a sua cidade, estado ou país um lugar melhor de se viver, da vontade de enfrentar os desafios que essa meta impõe, e da necessidade de ser reconhecido por isso.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3043>. Acesso em: 18 out. 2024.

Com base no texto 3, julgue os itens a seguir.

- 47 O funcionalismo público é regido por princípios éticos que se materializam a partir da adequada prestação dos serviços à população.
- 48 Em situações específicas, o agente público poderá omitir a verdade, em especial, nos casos de atendimento à finalidade administrativa – o interesse público.
- 49 Figura como dever dos servidores públicos o exercício das prerrogativas dos cargos com a estrita moderação. Desse modo, é uma obrigação ética se abster, de modo absoluto, do uso dessas prerrogativas de maneira contrária ao bem comum, mesmo que observadas as formalidades legais.
- 50 Consta como dever de agentes públicos utilizar vestimentas adequadas ao exercício das funções.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

Maria Júlia

- 51 No âmbito do poder de polícia, um fiscal que interdita uma obra irregular sem autorização judicial está exercendo a autoexecutoriedade do poder de polícia.
- 52 Atos administrativos que criam direitos novos para os particulares são denominados atos constitutivos.
- 53 As modalidades de licitação da Lei n. 14.133/2021 incluem, entre outras, a concorrência, o pregão e o diálogo competitivo.
- 54 Em licitações de grande vulto, o vencedor é obrigado a implementar um programa de integridade no prazo de seis meses após a assinatura do contrato.
- 55 A Administração é obrigada a utilizar a forma eletrônica para todas as licitações, sem exceções.
- 56 De acordo com julgado do Superior Tribunal de Justiça, um hospital foi responsabilizado pela morte de um paciente ocorrida em suas dependências por falta de serviço de vigilância. A ausência de segurança mínima contribuiu diretamente para o crime e afastou a alegação de fato de terceiro como excludente de responsabilidade.
- 57 As guardas municipais não possuem competência para exercer o poder de polícia de trânsito e, por isso, não podem lavrar autos de infração nem aplicar multas.
- 58 O silêncio da Administração Pública, como regra, não é considerado ato administrativo e, portanto, não gera efeitos jurídicos automáticos.
- 59 Atos administrativos de gestão, como a alienação de bens, são praticados pela Administração Pública utilizando suas prerrogativas de autoridade.
- 60 De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o diploma ou habilitação legal para o exercício de cargo público deve ser exigido na inscrição do concurso público.
- 61 A vedação à promoção pessoal de agentes públicos está prevista no princípio da impessoalidade e proíbe que nomes ou símbolos de autoridades sejam utilizados em obras públicas.
- 62 As modificações no edital de licitação exigem a republicação e a reabertura dos prazos, exceto quando não impactam a formulação de propostas.
- 63 (Caso hipotético) O município delegou, por meio de lei, a fiscalização sanitária para uma sociedade de economia mista que presta serviços públicos exclusivos e sem finalidade lucrativa. Nesse caso, a delegação do poder de polícia é válida.
- 64 Em operações de segurança pública, o Estado só será responsabilizado se houver prova conclusiva de que o dano foi causado por sua ação direta.

Administração Geral e Pública

Rafael Barbosa

- 65 O poder disciplinar é aquele que permite à Administração Pública aplicar sanções a seus próprios servidores, mas não a particulares que com ela tenham algum vínculo contratual.
- 66 O modelo racional-legal de administração pública, fundamentado na burocracia weberiana, foi completamente abandonado em prol de um paradigma pós-burocrático, que não mais utiliza princípios burocráticos em nenhuma esfera administrativa.
- 67 A gestão pública, assim como a gestão privada, está focada na eficiência e na eficácia, porém, na gestão pública, o foco principal é atender ao interesse público, e não a maximização do lucro.
- 68 A excelência na gestão dos serviços públicos está diretamente relacionada ao atendimento de qualidade, à transparência e à prestação de contas, visando à satisfação do cidadão como cliente dos serviços públicos.
- 69 O empreendedorismo governamental implica que os gestores públicos adotem práticas que priorizem a maximização do lucro sobre o atendimento às demandas da sociedade.
- 70 A gestão de pessoas no setor público está voltada para o desenvolvimento contínuo das competências dos servidores, com ênfase em capacitação, motivação e valorização, visando ao aumento da eficiência do serviço público.
- 71 O método dos incidentes críticos para avaliação de desempenho baseia-se na observação de comportamentos excepcionais, tanto positivos quanto negativos.
- 72 A comunicação dentro das organizações é um processo unilateral, em que o gestor transmite as informações e os colaboradores apenas recebem, sem a necessidade de *feedback*.
- 73 O comportamento organizacional está diretamente relacionado à cultura organizacional, que se refere ao ambiente físico de trabalho, sem impacto nas crenças, valores ou normas dos colaboradores.
- 74 A gestão por competências visa identificar, desenvolver e gerir as habilidades e conhecimentos necessários para que os colaboradores contribuam efetivamente para os objetivos organizacionais.
- 75 A gestão do conhecimento em uma organização está apenas relacionada ao armazenamento de informações em bancos de dados, sem a necessidade de compartilhar ou aplicar esses conhecimentos no cotidiano dos colaboradores.
- 76 A promoção da qualidade de vida no trabalho envolve práticas voltadas para o bem-estar físico, mental e social dos colaboradores, visando aumentar a satisfação e o engajamento no ambiente organizacional.

- 77** O estilo de liderança de um gestor tem pouca ou nenhuma influência sobre a motivação e a satisfação dos colaboradores no ambiente de trabalho.
- 78** O recrutamento externo, por trazer novas perspectivas para a organização, elimina a necessidade de investimento em treinamentos iniciais, uma vez que os candidatos contratados já possuem a qualificação necessária para os cargos oferecidos.
- 79** Na gestão de conflitos, a solução mais eficiente é evitar qualquer tipo de conflito, uma vez que a presença de divergências é sempre prejudicial ao desempenho organizacional.
- 80** O planejamento estratégico define as diretrizes de longo prazo da organização e é fundamental para alinhar as ações operacionais com os objetivos estratégicos definidos pela alta administração.

Administração Financeira e Orçamentária

Anderson Ferreira

Acerca da história, evolução, natureza jurídica e conceito do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 81** O orçamento público, em sua concepção moderna, consiste em um instrumento de governo, vinculado ao planejamento, que visa ao atingimento dos objetivos delineados.
- 82** O conceito clássico do orçamento público já privilegiava o desempenho em detrimento da mera formalidade.

No que se refere aos instrumentos de planejamento e orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 83** De acordo com a lei que instituiu o Plano Plurianual de 2024 a 2027, objetivo é o instrumento que permite mensurar objetivamente o alcance da meta declarada.
- 84** Cabe à lei complementar dispor sobre a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Quanto ao processo orçamentário, julgue os itens que se seguem.

- 85** É vedada a aprovação de emendas ao projeto de orçamento público que incidam sobre o serviço da dívida, ainda que sejam indicados os recursos necessários.
- 86** Entre as finalidades do sistema de planejamento e de orçamento federal, encontram-se a formulação do planejamento estratégico nacional e o gerenciamento do processo de planejamento e orçamento federal.

Sobre os créditos orçamentários iniciais e adicionais, julgue o item a seguir.

- 87** A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, sendo possível o uso de operações de crédito por antecipação.

Quanto aos princípios orçamentários, julgue o item que se segue.

- 88** A autorização para abertura de créditos suplementares, no projeto de lei orçamentária anual, está de acordo com o princípio orçamentário da exclusividade.

Sobre as receitas públicas e despesas públicas, incluindo os regimes especiais da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 89** Se o ingresso de disponibilidade do recurso afeta a situação líquida patrimonial, então a receita pública não é efetiva.
- 90** Em sentido estrito, as receitas públicas são ingressos de disponibilidades nos cofres do Estado, que representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.
- 91** As unidades orçamentárias constituem o maior nível de agregação da classificação da despesa pública, sendo responsáveis pela apresentação da despesa por função e subfunção.
- 92** Ao final do exercício financeiro, as despesas públicas empenhadas e não pagas, mas pendentes de liquidação, podem ser computadas como restos a pagar.

Sobre a descentralização orçamentária e financeira, julgue o item a seguir.

- 93** Na União, a descentralização permite o repasse de recursos financeiros entre ministérios.

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, julgue os itens que seguem.

- 94** O Superior Tribunal de Justiça publicará bimestralmente o seu Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e trimestralmente o seu Relatório de Gestão Fiscal – RGF.
- 95** O anexo de metas fiscais, contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO da União, conterà o marco fiscal de médio prazo, com projeções para os principais agregados fiscais.

Noções de Estatística

Carla Lima

A tabela a seguir ilustra a composição da população de uma determinada cidade, dividida por faixas etárias e gênero:

Faixa Etária	População Masculina	População Feminina	Total de Habitantes
0-14 anos	12.500	11.700	24.200
15-24 anos	10.300	11.000	21.300
25-34 anos	9.500	10.200	19.700
35-44 anos	8.000	9.000	17.000
45-59 anos	7.200	8.300	15.500
60+ anos	6.500	7.000	13.500
Total	54.000	57.300	111.200

Considere a situação apresentada e julgue os itens de 96 a 98.

96 A variância da distribuição da população feminina entre as faixas etárias é dada por

$$\frac{(2150)^2 + (1450)^2 + (650)^2 + (-550)^2 + (-1250)^2 + (-2550)^2}{6}$$

97 A média das idades entre as pessoas da população masculina de até 34 anos é dada por $\frac{5686}{3230}$.

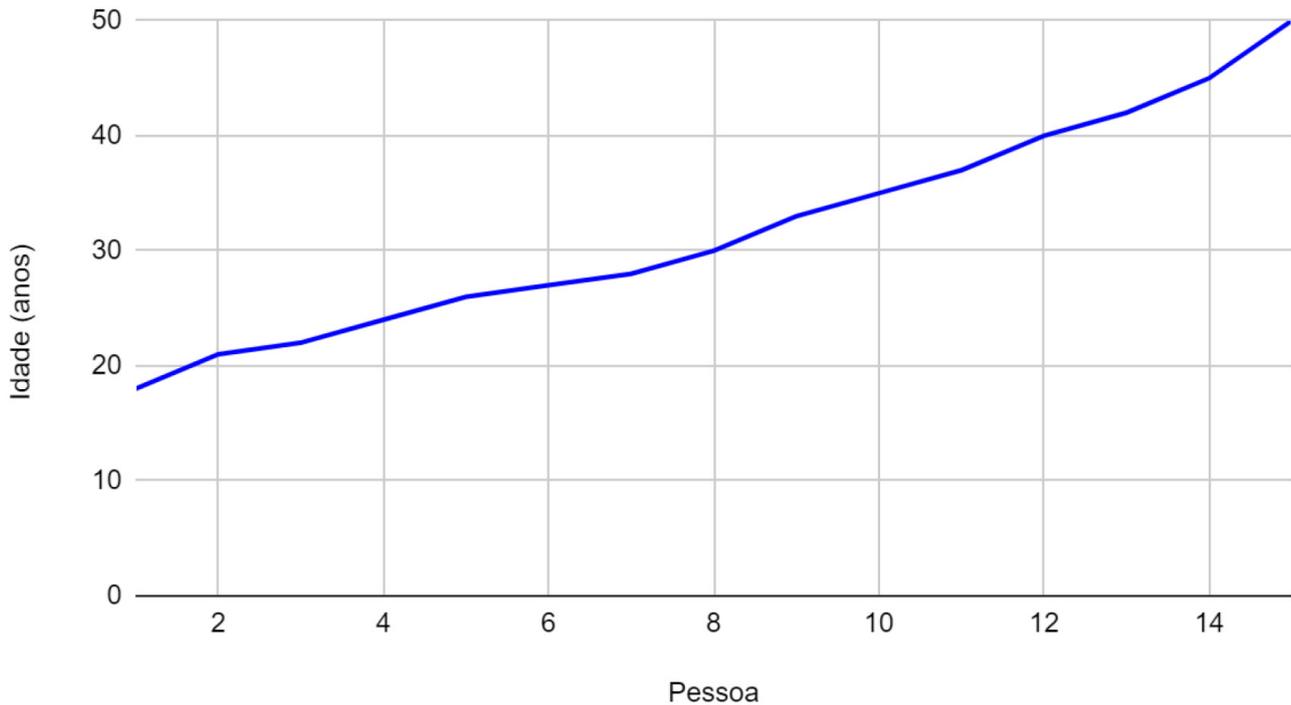
98 A amplitude do total de habitantes, por faixa etária, é de 10.700.

99 Na amostragem por conglomerados, é possível que uma única amostra contenha menos elementos que uma amostra por sorteio simples, mas ainda assim represente de forma adequada a população como um todo.

100 Se duas distribuições de dados tiverem o mesmo desvio padrão, a que apresentar a menor média terá o maior coeficiente de variação.

A seguir, é apresentado a distribuição de idades de uma população composta por 15 pessoas que vivem em uma pequena comunidade rural.

Idade (anos) / Pessoa



Considerando o gráfico acima, julgue os itens 101 e 102.

- 101** A mediana das idades das pessoas registradas é superior a 30.
- 102** Um total de $4/5$ das pessoas possuem até 40 anos de idade.
- 103** O erro padrão aumenta à medida que o tamanho da amostra aumenta, uma vez que a maior quantidade de dados amplifica a variabilidade da amostra.
- 104** Na amostragem sistemática, após o primeiro elemento ser selecionado aleatoriamente, os elementos subsequentes são escolhidos a partir de intervalos fixos ao longo da população.
- 105** Na amostragem estratificada ótima, o tamanho da amostra retirado de cada estrato é proporcional ao tamanho do estrato em relação à população total, independentemente da variabilidade dentro de cada estrato.
- 106** Se em um conjunto de dados houver dois valores que aparecem com a mesma maior frequência, então o conjunto de dados é considerado bimodal.
- 107** Uma distribuição platicúrtica é caracterizada por caudas mais curtas e uma distribuição mais achatada em relação à normal, indicando que a maioria dos dados se concentra próxima à média.
- 108** Na amostragem não probabilística, todos os indivíduos da população têm a mesma chance de serem selecionados para a amostra, o que pode resultar em uma amostra representativa.

Noções de Sustentabilidade

Otoniel Linhares

- 109** A amostragem aleatória simples é um método de seleção em que todos os elementos de uma população têm a mesma probabilidade de serem escolhidos, eliminando completamente qualquer possibilidade de viés na escolha dos participantes da amostra.
- 110** No método de amostragem estratificada, a população é dividida em estratos heterogêneos, e uma amostra aleatória é selecionada de cada estrato, sem a necessidade de proporcionalidade.
- 111** A amostragem sistemática se baseia na seleção de elementos da população de forma sequencial, em que se escolhe um ponto de partida aleatório e, a partir dele, seleciona-se cada k-ésimo elemento da lista.
- 112** A amostragem por conglomerados exige que todos os elementos dos conglomerados selecionados sejam analisados, sem exceção.
- 113** A Portaria STJ/GDG n. 4/2024 tem como objetivo principal estabelecer um modelo de gestão sustentável no Superior Tribunal de Justiça, incluindo a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental nas suas atividades administrativas.
- 114** A Resolução CNJ n. 400/2021 permite que o Poder Judiciário adote práticas sustentáveis apenas se não houver aumento de custos operacionais.
- 115** De acordo com a Lei n. 14.133/2021, que regulamenta as licitações no Brasil, os artigos 5º e 11 exigem que sejam observados critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, assegurando que os impactos ambientais sejam minimizados.
- 116** A Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei n. 6.938/1981, tem como principal objetivo a preservação de áreas de proteção ambiental, sem interferir no desenvolvimento econômico.
- 117** A Lei n. 9.795/1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece que a educação ambiental deve ser integrada aos currículos formais de ensino em todos os níveis e modalidades, sendo responsabilidade conjunta dos órgãos públicos e da sociedade.
- 118** O conceito de Desenvolvimento Sustentável, conforme o Relatório Brundtland, propõe que o desenvolvimento atual deve focar nas necessidades presentes, sem se preocupar com as gerações futuras.
- 119** A Instrução Normativa n. 5/2017, emitida pela SEGES. ME, estabelece diretrizes para a contratação de serviços pela Administração Pública, destacando a importância de incluir critérios de sustentabilidade ambiental em todos os procedimentos licitatórios.
- 120** A Resolução CNJ n. 497/2023 trata exclusivamente da organização interna do Judiciário e não aborda questões relacionadas à sustentabilidade ou ao meio ambiente.

Discursiva

Rafael de Oliveira

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados destinado ao estudo sobre o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros promoveu nesta quarta-feira (20) sua primeira audiência pública.

O psiquiatra Humberto Müller, de Rondônia, apresentou dados sobre o suicídio no Brasil e no mundo. Ele disse que acontecem 16 milhões de tentativas por ano no mundo. “No Brasil, acontece uma morte por suicídio a cada 45 minutos, mas para cada morte temos outras 20 tentativas. Os números são altos e preocupantes”, explicou.

Müller também chamou a atenção para o aumento nos casos de depressão e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) entre crianças e adolescente. Segundo ele, “4% dos adolescentes brasileiros apresentam sinais depressivos e 1 a cada 4 crianças já apresentou indícios da doença”.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Sobre o crime de instigação ao suicídio e partindo do texto acima, responda as questões abaixo:

- 1) Quais são os bens jurídicos tutelados neste crime?
- 2) Quanto ao sujeito ativo deste crime: trata-se de crime comum? Explique.
- 3) Se o sujeito passivo não tiver capacidade de resistência à prática do suicídio ou da automutilação, mesmo assim se configura o tipo do artigo 122?

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
5º SIMULADO
ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL)

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Gabarito	E	C	E	C	E	E	C	C	E	C
Item	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	E	E	C	C	C	E	C	E	E
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	C	C	C	E	C	C	C	E	C	E
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	C	E	E	C	C	E	C	E	C
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
Gabarito	E	E	E	E	E	E	C	E	C	C
Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	C	C	C	E	C	E	C	E	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	C	C	E	E	E	C	C	E	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	C	E	E	C	E	C	E	E	E	C
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	E	C	C	C	E	C	E	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	C	C	E	C	C	E	C	C	C
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	C	E	C	E	C	E	E	C	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – 5º SIMULADO – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL) – 2410282550M

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

Texto 1

1 A importância do Direito Administrativo pode ser percebida em nosso cotidiano pelas normas que asseguram a prestação de serviços públicos (como saúde, educação, transporte, água e luz), o uso de bens públicos (praças, ruas e telefones públicos) e a manutenção da convivência harmoniosa entre os cidadãos (exercício da polícia administrativa sobre os bens, direitos e atividades).

5 Para compreender o Direito Administrativo, é necessário relembrar uma parte das aulas de história. No século XVIII, Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado, de maneira a limitar o Absolutismo vigente, favorecendo a liberdade e o bem-estar dos cidadãos. Essa separação é uma das bases do chamado Estado de Direito e é adotada por todos os países democráticos.

15 Embora a função de editar normas esteja concentrada no Legislativo e a de executar tarefas administrativas, seja típica do Executivo, tais funções não se limitam a um ou outro Poder. Assim, a função normativa também é exercida por entidades executivas, como a Presidência da República, os Ministérios, as Secretarias e as Autarquias. De igual modo, funções administrativas são executadas pelos Legislativo e pelo Judiciário. Isso se vislumbra, por exemplo, quando tais poderes punem seus servidores com base em normas administrativas disciplinares ou realizam licitações.

25 As atividades administrativas estão presentes, portanto, em todos os Poderes do Estado. Nomear servidores, celebrar contratos, adquirir e administrar bens são atividades tipicamente administrativas necessárias para o funcionamento de toda e qualquer instituição pública. Por conseguinte, o direito administrativo não se restringe ao âmbito do Poder Executivo apenas.

30 Sem prejuízo, é certo que o direito administrativo tem especial importância para as entidades, órgãos e autoridades do Executivo, pois é ele, como dito, que detalha e executa grande parte das políticas públicas, desde a área da educação, passando pela cultura, saúde, ciência e tecnologia, até os setores mais específicos de planos de saúde, telecomunicações etc.

Disponível em: https://ted.iqsc.usp.br/files/2015/03/Manual_direito_Administrativo_FEA.pdf. Acesso em: 10 out 2024. (Com adaptações)

Considerando o texto 1, julgue os itens quanto à compreensão, tipologia e ortografia.

- 1 O Direito Administrativo se limita à atuação do Poder Executivo, pois sua função é de executar políticas públicas e regular serviços como educação, saúde e cultura.

Errado.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto afirma que o Direito Administrativo não se restringe ao âmbito do Poder Executivo. As atividades administrativas estão presentes em todos os Poderes, incluindo o Legislativo e o Judiciário, que também executam funções administrativas, como licitações e punição de servidores.

- 2 A teoria da tripartição dos poderes, elaborada por Montesquieu no século XVIII, foi concebida para restringir o absolutismo e assegurar a liberdade e o bem-estar dos indivíduos.

Certo.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto menciona que Montesquieu desenvolveu a teoria da separação dos poderes para limitar o absolutismo vigente, favorecendo a liberdade e o bem-estar dos cidadãos, servindo como uma das bases do Estado de Direito.

- 3 O Direito Administrativo, embora se manifeste nos três Poderes, é diretamente responsável pela formulação de políticas públicas, o que evidencia uma sobreposição funcional do Poder Executivo sobre os demais, especialmente em temas relacionados à educação, saúde e telecomunicações.

Errado.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto explica que, embora o Direito Administrativo seja mais amplamente aplicado no âmbito do Poder Executivo — responsável pela execução de políticas públicas —, ele não se sobrepõe aos outros Poderes. As atividades administrativas estão presentes nos três Poderes de maneira diferenciada, e o Executivo não exerce função normativa exclusiva, uma vez que funções normativas e administrativas também são realizadas pelo Legislativo e Judiciário.

- 4 O texto apresentado pode ser classificado como um texto expositivo, pois seu objetivo principal é explicar de forma objetiva e detalhada o conceito de Direito Administrativo e sua aplicação nos diferentes Poderes do Estado.

Certo.

Assunto abordado: Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.

O texto é do tipo expositivo, uma vez que apresenta informações e conceitos sobre o Direito Administrativo, sem emitir opiniões, com o objetivo de esclarecer o leitor sobre o tema.

- 5 No trecho “favorecendo a liberdade e o bem-estar dos cidadãos”, o uso do hífen em *bem-estar* está correto, enquanto na palavra *telefones públicos* o uso do hífen seria obrigatório, de acordo com as regras ortográficas que regulam palavras compostas.

Errado.

Assunto abordado: Ortografia oficial.

O uso do hífen em *bem-estar* está correto, pois segue a regra do Novo Acordo Ortográfico que prevê o uso de hífen em palavras compostas iniciadas por “bem” ou “mal” quando o segundo elemento é iniciado por vogal ou consoante. Entretanto, *telefones públicos* não é uma palavra composta que exija hífen, pois se trata de uma justaposição de substantivo e adjetivo, não havendo a regra de hífen nesse caso.

Ainda com base no texto 1, julgue os itens que se seguem quanto aos aspectos linguísticos.

- 6 O trecho “No século XVIII, Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado” mantém o mesmo sentido e a correção gramatical, se assim reescrito: **Durante o Iluminismo, Montesquieu propôs, em sua obra magna *O Espírito das Leis*, o princípio da divisão dos poderes estatais, consolidando uma das premissas fundamentais da organização jurídica contemporânea.**

Errado.

Assunto abordado: Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de linguagem.

Embora a reescrita tenha elevado o nível de formalidade e mantido um tom acadêmico, o uso de expressões como “consolidando uma das premissas fundamentais” introduz uma interpretação que não está explícita no texto original. A reescrita muda o sentido ao interpretar o papel da teoria como uma “premissa fundamental” da organização jurídica contemporânea, extrapolando o conteúdo fornecido.

- 7 A passagem “As atividades administrativas estão presentes, portanto, em todos os Poderes do Estado” pode ser reescrita em uma linguagem mais coloquial e informal da seguinte maneira: **Sendo assim, todo tipo de trabalho administrativo acontece nos três poderes do governo.**

Certo.

Assunto abordado: Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de linguagem.

A reescrita mantém o sentido essencial do texto original, adaptando-o para uma linguagem mais simples e direta, sem modificar a ideia central de que as atividades administrativas estão presentes em todos os poderes.

- 8 O trecho “Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado” está predominantemente marcado pela função referencial da linguagem, pois foca explicar e descrever conceitos sem a presença de elementos interpretativos ou de linguagem voltada para si mesma.

Certo.

Assunto abordado: As funções da linguagem.

A função referencial da linguagem está em foco, pois o trecho tem como objetivo transmitir informações e conceitos de forma objetiva. A confusão com a função metalinguística poderia ocorrer porque o trecho menciona uma teoria, mas não discute a própria linguagem ou código, portanto, trata-se da função referencial.

- 9 No trecho “Sem prejuízo, é certo que o direito administrativo tem especial importância para as entidades, órgãos e autoridades do Executivo”, a expressão **Sem prejuízo** pode ser corretamente substituída por **Contudo**, mantendo-se o sentido original do texto.

Errado.

Assunto abordado: Substituição de palavras ou trechos.

A expressão “Sem prejuízo” indica que algo será afirmado sem prejudicar uma ideia anterior, enquanto “Contudo” tem uma conotação adversativa, o que alteraria o sentido da frase. A substituição distorce o sentido original, que quer garantir que algo será dito sem descartar uma ideia anterior.

Texto 2

Iconha

1 Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam. O sol se esconde, Iconha vai jantar. Quando passamos de volta, ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos.

5 Iconha – como isso era longe, na minha infância. Lembro-me de um menino que me espantou porque viera de uma fazenda “pra lá de Frade, para além do Rio Novo, em Iconha, perto de Píuma...”

Eu pensava ir a Iconha tão vagamente como hoje penso em ir ao Tibete. E agora, depois de uma rápida voada em automóvel, descubro que estou em Iconha.

10 Não é muita coisa: quase apenas uma rua, uma casa bonita, dessas que se faziam no fim do século, sólidas, sóbrias e dignas, sem entretanto o ar comercial e horrendo dessas casas “modernistas” de platibandas retangulares que hoje infestam Cachoeiro e todo o interior do Brasil.

15 Mas Iconha me encanta pelo seu milagre pastoril. A pracinha é dominada por um morro alto, muito verde, cortado diante de nós por um talude de terra vermelha. E lá em cima pastam dez a doze bois brancos. Eles dominam assim o centro da cidade; no fim da rua há outro morro alto povoado por outros bois brancos. Atrás deles o céu muito azul, com algumas nuvens redondas. De repente, na curva do morro, contra o céu, passa de crinas ao vento um cavalo preto, de um preto intensamente luminoso nesta tarde já chovida que o sol veio de despedir. Pode ser um cavalo pequeno e magro; mas assim, no alto, entre esses sossegados bois brancos, é uma aparição de sonho.

25 Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam. O sol se esconde, Iconha vai jantar.

Quando passamos de volta, ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos.

30 Abril, 1951.

Rubem Braga.

Disponível em: <https://www.iconha.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/voce-conhece-a-cronica-iconha-escrita-por-rubem-braga-em-1951-confira/98448>. Acesso em: 10 out 2024.

Considerando apenas o texto 2, julgue os itens abaixo.

- 10 A descrição do cavalo preto “de um preto intensamente luminoso nesta tarde já chovida” sugere que o cavalo, apesar de pequeno e magro, possui uma imponência inesperada, uma vez que ele contrasta com a tranquilidade da cena pastoril, rompendo a expectativa de uma paisagem serena.

Certo.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

A descrição do cavalo cria uma imagem que vai além de suas características físicas. O contraste entre sua figura negra e o cenário tranquilo dos bois brancos e do céu azul dá ao cavalo uma presença imponente e quase onírica, realçando a subjetividade do narrador frente à beleza inesperada da cena.

- 11 No trecho “Pode ser um cavalo pequeno e magro; mas assim, no alto, entre esses sossegados bois brancos, é uma aparição de sonho.”, o uso do ponto e vírgula está inadequado e deveria ser substituído por uma vírgula para evitar uma pausa excessiva na leitura.

Errado.

Assunto abordado: Emprego dos sinais de pontuação.

O uso do ponto e vírgula está correto. Ele marca uma pausa mais forte do que a vírgula, separando orações independentes, o que é adequado aqui para ressaltar a contradição e o efeito dramático entre o cavalo pequeno e a visão grandiosa que ele representa na narrativa.

- 12 No trecho “E agora, depois de uma rápida voada em automóvel, descubro que estou em Iconha”, a conjunção “E” está indevidamente utilizada, uma vez que tem valor de adição, portanto deveria estar conectada a outra oração.

Errado.

Assunto abordado: Domínio dos mecanismos de coesão textual.

Embora a função principal da conjunção “E” seja de adição, em casos como esse, ela pode ser empregada para criar um efeito de continuidade no discurso, reforçando uma sequência de ideias ou um encadeamento de eventos. No contexto do texto, o “E” retoma implicitamente a narrativa anterior e estabelece a ligação entre o que já foi narrado e a nova ideia que será apresentada, funcionando adequadamente dentro da progressão textual. Portanto, o seu uso é estilístico, criando um fluxo de ideias sem necessariamente depender de uma oração anterior explícita.

- 13 No trecho “Iconha vai jantar”, o uso da crase seria obrigatório caso fosse inserida a preposição “a” antes do verbo, resultando em **Iconha vai à jantar**.

Errado.

Assunto abordado: Emprego do sinal indicativo de crase.

A expressão “à jantar” está incorreta, pois não há crase antes de verbos. A crase ocorre quando há a combinação da preposição “a” com o artigo feminino definido “a”, o que não é o caso aqui. No exemplo dado, o verbo “jantar” não exige o uso de artigo definido ou preposição “a”.

- 14 No trecho “Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam”, a concordância dos verbos “chegam” e “se animam” está correta, uma vez que ambos os sujeitos, “homens da roça” e “os botequins”, estão no plural.

Certo.

Assunto abordado: Concordância verbal.

O verbo “chegam” concorda corretamente com o sujeito “homens da roça”, que está no plural. Da mesma forma, “se animam” concorda com o sujeito plural “os botequins”. Ambos os verbos mantêm a concordância com os respectivos sujeitos plurais, conforme a norma padrão da língua.

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora